

## APRESENTAÇÃO

Cynthia del Rio Fortuna<sup>1</sup>  
Zulmira Newlands Borges<sup>2</sup>

Considerando a centralidade das políticas públicas para a governamentalidade contemporânea, a antropologia e a sociologia não podem deixar de questionar sobre as relações de poder das quais emergem tais políticas e o presente Dossiê se propõe a refletir sobre diversos aspectos que circundam as políticas públicas no campo das questões de gênero e sexualidade. O Dossiê se propôs a discutir a construção de políticas públicas tanto em relação a definição dos problemas e seus modos de resolução, como em relação a constituição de sujeitos que se enquadram ou devem se enquadrar nessas políticas. Nesse dossiê agrupamos trabalhos que refletem sobre os “problemas” e as populações-alvo que se constituem a partir das políticas, incluindo os processos iniciados por grupos e movimentos sociais, as tensões, resistências, negociações e lutas por reconhecimento de direitos envolvidas na construção e implementação de tais políticas e as experiências díspares dos sujeitos interpelados por elas. Assim, dentro do campo da antropologia e da sociologia de estudos sobre políticas públicas, este dossiê agrupou trabalhos sobre implantação de políticas de gênero e/ou sexualidade, não apenas de cientistas sociais, mas também de cientistas políticos, pesquisadores da saúde pública e também da comunicação social. Contemplamos a diversidade de abordagens possíveis no campo de estudos e em diferentes áreas da vida social, tais como: saúde, governo, ativismo, *etc.*

No artigo que abre nosso dossiê Raewyn Connell aborda as questões de gênero no Sul global e aponta especialmente para

---

<sup>1</sup> Dr<sup>a</sup>. em Antropologia, Docente del Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, de la Universidad de Buenos Aires – UBA, Buenos Aires, Argentina. E-mail: cynthiadrf@gmail.com

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup>. em Antropologia, Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: zulmiraborges@gmail.com

os aspectos sociais e da justiça – aspectos primordiais para tentar compreender essas questões – a partir da superação das dicotomias presentes nas teorias que tratam deles e do questionamento do privilégio das teorias advindas do Norte global tendo em consideração as relações Sul/Sul.

No segundo artigo, Anahí Farji Neer e Ana Mines discutem o alcance da despatologização e desmedicalização implicadas na lei Argentina sobre identidade de gênero (Lei 26.743/12) – a qual possibilitou o acesso gratuito e universal às tecnologias médicas de transformação do corpo – a partir da análise do debate parlamentar que levou à promulgação da Lei. Elas exploram o alcance e os efeitos da medicalização da identidade de gênero, quando, a partir de uma lei, ela deixa de ser entendida como doença e passa a ser vista como direito.

O terceiro artigo, de Diego Sousa de Carvalho, busca verificar os contextos em que a questão da transexualidade surge nas agendas das políticas públicas do Estado e município de São Paulo. O autor mostra que a “genealogia da transexualidade está diretamente ligada a uma instituição clínica, voltada à classificação das doenças”, que reflete e tem efeitos sobre a constituição de novas subjetividades no campo do gênero, alguns em oposição, outros em sintonia com os dispositivos classificatório biomédicos.

Os próximos dois artigos trazem a tona um efeito das políticas públicas que é a construção ou (des) construção de sujeitos que serão foco de determinas políticas.

No artigo de Claudia Carneiro da Cunha, a autora reflete sobre um conjunto de tecnologias voltadas à (con)formação de Sujeitos. O artigo analisa as tecnologias e estratégias de modelagem dos jovens vivendo com HIV/AIDS como sujeitos político morais – parte de um modus operandi das políticas de AIDS no Brasil – que se desenvolve de maneira sutil e contínua sobre a própria compreensão das suas condições de ser jovens e viver como HIV/AIDS.

O trabalho de Julião Gonçalves Amaral, ainda relacionado ao tema da constituição dos sujeitos focos das políticas, traz a tona os coletivos universitários que têm sido uma forma de militância crítica a atuação do ativismo LGBT clássico. Esses coletivos buscam cons-

truir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário, homogêneo. Num processo de confronto com políticas públicas que devem se adequar a um modelo de “gay” e “lésbica” exigido pelo Estado, e provocam a descaracterização identitária e a exclusão daqueles que não se enquadram nesses modelos.

A seguir, temos uma sequência de artigos que tratam sobre o controle dos corpos femininos, seja pelo controle da natalidade, seja pelo controle que o Estado tende a impor sobre as formas de nascer ou de cuidar da mulher ou da mulher-mãe.

Nesse sentido o texto de Andrea Moraes Alves centra-se na década de 80 em que o retorno a democracia foi atravessado por conflitos e tensões políticas, mobilizações sociais e crise econômica. Nesse contexto emerge um tipo de debate público em torno do estabelecimento ou não do “crescimento demográfico” como um problema nacional. Esse texto analisa a partir da história do *Centro de Pesquisas e Atenção Integrada à Mulher e à Criança*, a constituição e os deslocamentos de uma de suas posições sobre o planejamento familiar no Brasil.

O artigo de Sara Mendonça analisa as denúncias a um hospital que oferece o parto humanizado, na cidade do Rio de Janeiro. Centrando a sua análise na noção de protagonismo da mulher, o objetivo da autora é mostrar a necessidade de um deslocamento e de uma reflexão mais profunda da forma como deve se dar o processo de institucionalização da “humanização do parto”, apontando especialmente para sua implementação em instituições públicas.

O artigo de Pia Leavy analisa as ações sanitárias destinadas à população materno-infantil na Argentina. A partir de um estudo etnográfico, Leavy mostra como os agentes sanitários focalizam sua atenção médica na população materno-infantil. Nas práticas de Atenção Primária em Saúde (APS) as mães constituem pacientes ativas que elaboram estratégias para o cuidado da saúde dos seus filhos, onde emergem mediações entre o saber biomédico e práticas médicas tradicionais. A noção de cuidado resulta valiosa para desvendar a trama de desigualdades na qual se constrói a vulnerabilidade da população destinatária das políticas de APS.

Os artigos a seguir trazem contribuições para o debate sobre as estratégias de governo na elaboração das políticas públicas. O Artigo de Ianina Lois e Monica Petracci contribui para a reflexão sobre as estratégias de formulação de políticas públicas de saúde para as mulheres e especialmente da comunicação sobre a saúde sexual, reprodutiva e não reprodutiva desenvolvidas pelo ministério da saúde da Argentina. A pesquisa analisou o período de 2005 a 2010 e o foco foram os mentores dessas ações e tomadores de decisões. O artigo de Ana Gaitán abandona as perspectivas teóricas que entenderam o Estado como cenário homogêneo, ou como órgão apenas de controle social e repressão e recupera as pesquisas que procuram dar conta das complexas reconfigurações do envolvimento estadual na vida social. Partindo da análise da implementação de duas políticas sociais em um bairro de setores populares em Gran Buenos Aires, Argentina, é examinada a dimensão sexualizada das intervenções estaduais contemporâneas sobre as camadas mais jovens. Com o enfoque etnográfico a autora analisa as interações entre as agentes estatais e as destinatárias da política.

O artigo de Eliane Vargas e Luciane Moás que fecha a nosso dossiê aponta para as (in)visibilidades no plano das políticas e agendas públicas, particularmente de saúde que têm no gênero e na sexualidade o foco das intervenções. As autoras problematizam a partir da crítica à intervenção nos corpos pela biomedicina e da perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos as conexões entre as esferas: sexualidade e reprodução.